
ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE JARINU
AGRIFAJA

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DA CHAMADA PÚBLICA DESSE MUNICÍPIO DE BOM JESUS DOS PERDÕES, OU AUTORIDADE COMPETENTE PARA JULGAR AS PRESENTES RAZÕES RECURSAIS.

Ref. Edital de Chamada Pública n. 39/2026 – Processo Administrativo n. 3.046/2026.

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE JARINU-AGRIFAJA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 34.910.530/0001-99, com sede na Estrada Ernesta Beazim Ferrara, 1486, Bom Retiro – CEP 13.240-000 – Jarinu / SP vem, respeitosamente à presença de V.S.^a, por meio de seu representante legal subscrito, interpor, com fundamento do artigo 5º, LV da Constituição Federal c/c artigo 165 da Lei Federal n. 14.133/21 e Item 12 do edital, suas razões de **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face do injusto e ilegal julgamento de classificação dos itens 04 (banana nanica), 05 (caqui fuyu), 14 (mexerica tipo ponkan), 15 (morango) e 17 (pêssego nacional) – do Grupo das Frutas – e; itens 29 (milho verde) e 37 (vagem macarrão) – do Grupo das Hortaliças; todos objetos da Chamada Pública da Agricultura Familiar n. 39/2026, promovida por essa municipalidade, conforme razões de fato e de direito a seguir expostas.

I. RESUMO DOS FATOS

Ao tomar ciência da Chamada Pública em evidência, a Recorrente, interessada em participar, preparou seu projeto de venda e toda a documentação necessária para o atendimento ao instrumento convocatório. No entanto, após a publicação da classificação dos projetos de venda apresentados, notou que, uma vez habilitada, perdeu os itens 04, 05, 14, 15 e 17 - das frutas; e itens 29 e 37 – das hortaliças, em virtude de um critério ainda não claro e equivocado, por estar em desconformidade com a legislação de regência, para o grupo formal da Associação da Agricultura Familiar de Jarinu AAJF, inscrita no CNPJ sob n. 33.266.124/0001-72.

ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE JARINU
AGRIFAJA

Conforme restará comprovado abaixo, tal julgamento foi equivocado e sem base legal, não merecendo qualquer respaldo. Dessa forma, a prudência alerta para que seja reformada a decisão e passe a ser adotado o procedimento estabelecido nas normas legais. Caso isso não ocorra, essa conceituada Prefeitura **estará diante de uma contratação ilegal**, ferindo os princípios basilares consagrados constitucionalmente e referendados no artigo 14 da Lei Federal n. 11.947/09.

II. DAS RAZÕES DE DIREITO PARA O ACOLHIMENTO DESTE RECURSO.

Trata-se de procedimento de Chamada Pública, por Dispensa de Licitação, com o objetivo de, ao final, efetuar a contratação para o fornecimento de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural Familiar e suas organizações, conforme determina a Lei Federal n. 11.947 de 16 de junho de 2009, regulamentado pela Resolução FNDE n. 06 de 08 de maio de 2020 e suas alterações. Como toda contratação direta, as normas determinadas na Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos n. 14.133/21 aplicam-se subsidiariamente à matéria.

Ora, nesse sentido é notório que todo procedimento de compra Governamental, em qualquer das esferas da Administração Pública, necessitam preservar os princípios gerais do Direito. No caso em epígrafe, destacam-se aqueles consagrados no “caput” do artigo 37 da Constituição Federal c/c os do “caput” do artigo 5º da Lei n. 14.133/21, a saber, **o da legalidade**, da impessoalidade, **da moralidade**, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objeto** e dos que lhe são correlatos. Evidencia-se, portanto, que a Administração Pública de forma geral está atrelada ao ordenamento jurídico, não lhe sendo permitido agir fora dos limites impostos pela lei, de forma a preservar a isonomia entre os administrados.

Feitas essas premissas, vale destacar que a Recorrente ao tomar ciência da classificação da Chamada Pública n. 39/2026 dessa municipalidade, notou que o julgamento dos itens 04, 05, 14, 15 e 17 - das frutas; e itens 29 e 37 – das hortaliças está equivocado, uma vez que diverge da legislação de regência. Portanto, fere claramente os princípios da legalidade, da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, maculando todo o procedimento o que, se for levado até ao final, poderá findar com uma contratação ilegal!

Isso ocorre porque, ao aplicar as regras estabelecidas na Lei e da Resolução FNDE n. 06/2020 e suas alterações, só havia uma classificação possível para a Recorrente e o outro grupo formal AAJF, que seria o **EMPATE** para os itens indicados acima.

ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE JARINU
AGRIFAJA

Acontece que, segundo as regras pré estabelecidas pela legislação, quando dois Grupos Formais, **NÃO prioritários** (ou seja, que não são de assentamentos, quilombolas, indígenas ou mulheres), da mesma região, fornecem produtos semelhantes (não orgânicos) o critério de desempate necessariamente deve ser o **PERCENTUAL de agricultores familiares** indicadas em suas respectivas CAFs Jurídicas. No caso em questão, ambos os grupos formais possuem 100% (cem por cento) de agricultores familiares inscritos, logo, há o empate entre eles.

Qualquer entendimento contrário **se refere a uma inovação jurídica** que, claramente, caracterizará em uma violação aos citados princípios da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório, isonomia e moralidade.

Para que não reste nenhuma dúvida, segue o artigo 35 da Resolução CD/FNDE n. 06/2020, alterado pela Resolução CD/FNDE n. 03/2025, o qual é cristalino ao determinar:

Art. 35 Para seleção, os projetos de venda (modelos no Anexo VII) habilitados devem ser divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos das Regiões Geográficas Imediatas, grupo de projetos das Regiões Geográficas Intermediárias, grupo de projetos do estado, e grupo de projetos do país.

§ 1º Entende-se por local, no caso de DAP Física, o município indicado na DAP.

§ 2º Entende-se por local, no caso de DAP Jurídica, o município onde houver a maior quantidade, em números absolutos, de DAPs Físicas registradas no extrato da DAP Jurídica.

§ 3º Entre os grupos de projetos, deve ser observada a seguinte ORDEM DE PRIORIDADE para seleção:

I - o grupo de projetos de fornecedores locais tem prioridade sobre os demais grupos;

II - o grupo de projetos de fornecedores de Região Geográfica Imediata tem prioridade sobre o de Região Geográfica Intermediária, o do estado e o do País;

III - o grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Intermediária TEM PRIORIDADE SOBRE o do estado e do país;

IV - o grupo de projetos do estado tem prioridade sobre o do País.

§ 4º Em cada grupo de projetos, deve-se observar a seguinte ordem de prioridade para seleção:

ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE JARINU
AGRIFAJA

I - os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres, não havendo prioridade entre estes: [\(Redação dada pela Resolução CD/FNDE nº 03/2025, de 07 de fevereiro de 2025\)](#)

a) grupo formal de assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas, comunidades quilombolas e mulheres deverão ter, no mínimo, 50%+1 (cinquenta por cento mais um) de cooperados/associados com DAP ou CAF Pessoa Física no extrato da DAP ou CAF Pessoa Jurídica; [\(Redação dada pela Resolução CD/FNDE nº 03/2025, de 07 de fevereiro de 2025\)](#)

b) grupos informais de assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas, comunidades quilombolas e mulheres deverão ter em sua composição 100% (cem por cento) de integrantes com DAP ou CAF Pessoa Física; [\(Redação dada pela Resolução CD/FNDE nº 03/2025, de 07 de fevereiro de 2025\)](#)

c) no caso de empate entre os grupos formais de assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas, comunidades quilombolas e mulheres, terão prioridade aqueles que apresentarem maior número de DAP ou CAF Pessoa Física no extrato da DAP ou CAF Pessoa Jurídica; e [\(Incluída pela Resolução CD/FNDE nº 03/2025, de 07 de fevereiro de 2025\)](#)

d) no caso de empate entre grupos informais de assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas, comunidades quilombolas e mulheres, terão prioridade aqueles que apresentarem o maior número de integrantes destes públicos, com DAP ou CAF Pessoa Física; [\(Incluída pela Resolução CD/FNDE nº 03/2025, de 07 de fevereiro de 2025\)](#)

II - os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831/2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastro no MAPA;

III - os grupos formais sobre os grupos informais, estes sobre os fornecedores individuais, e estes, sobre as Cooperativas Centrais da Agricultura Familiar, conforme normativos vigentes publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; [\(Redação dada pela Resolução CD/FNDE nº 03/2025, de 07 de fevereiro de 2025\)](#)

a) no caso de empate entre Grupos Formais, em referência ao disposto no § 4º inciso III deste artigo, têm prioridade organizações produtivas **com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/cooperados, conforme DAP Jurídica;**

ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE JARINU
AGRIFAJA

b) em caso de persistência de empate, deve ser realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

IV - Caso a EEx não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas devem ser complementadas com os projetos dos demais grupos, de acordo com os critérios de seleção e priorização estabelecidos no caput e nos § 1º e § 2º;

§ 5º Na etapa de seleção, para aplicação dos critérios de prioridade de que trata o § 4º, somam-se as DAPs ou CAFs, Pessoa Física, dos grupos prioritários constantes no extrato da DAP ou CAF Pessoa Jurídica. [\(Incluído pela Resolução CD/FNDE nº 03/2025, de 07 de fevereiro de 2025\)](#)

Perceba senhor presidente, que o mencionado artigo é didático e simples, não deixando margens para dúvidas.

Assim, de acordo com o disposto do §4º, inciso III, “a” do mencionado artigo 35, o critério de desempate em **Grupos Formais NÃO prioritários** (ou seja, que não são de assentamentos, quilombolas, indígenas ou mulheres), como é o caso da Recorrente e da AAJF, sempre será o **maior PERCENTUAL de agricultores familiares** constantes em seu quadro de associados/cooperados, conforme a DAP/CAF Jurídica.

Logo, considerando que ambas apresentaram CAF Jurídica com 100% de agricultores familiares inscritos, estão empatadas e, portanto, deve-se seguir para o que determina a alínea “b” do inciso III do §4º do artigo 35. A saber, em caso de empate, havendo consenso entre as partes realiza-se a divisão do fornecimento ou, na ausência de consenso, realiza-se o sorteio em sessão pública. **Desde já, a Recorrente manifesta seu interesse na divisão do fornecimento.**

De mais a mais, é importantíssimo ressaltar que, conforme foi indicado acima, o artigo 35 da Resolução FNDE n. 06/2020 foi alterado pela Resolução FNDE n. 03/2025. No entanto, conforme verificado, as alterações indicadas pela Resolução n. 03/2025 não afetaram em nada o critério de seleção dos **Grupos Formais NÃO prioritários** (ou seja, que não são de assentamentos, quilombolas, indígenas ou mulheres) indicados no inciso III do §4º.

ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE JARINU AGRIFAJA

Portanto, não se pode confundir as alterações trazidos para o desempate dos grupos formais PRIORITÁRIOS (ou seja, aqueles que possuem 50%+1 de agricultores assentados, quilombolas, indígenas e/ou mulheres), conforme indicado no §4º, inciso I. Apenas e tão somente nesses casos que será adotado o maior número absoluto de agricultores, conforme alíneas “c” e “d”.

Isso acontece porque a Resolução FNDE n. 03/2025 **NÃO** alterou a alínea “a” do inciso III do §4º do artigo 35 da Resolução FNDE n. 06/2020, mantendo, assim, no caso de grupos formais NÃO prioritário o critério de **MAIOR PERCENTUAL DE AGRICULTORES!**

Por outro giro, é relevante destacar que o §4º, I, “a” do artigo 35 é enfático ao afirmar que para um grupo formal ser considerado como de “assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas, comunidades quilombolas e mulheres deverão ter, **no mínimo, 50%+1 (cinquenta por cento mais um)** de cooperados/associados com DAP ou CAF Pessoa Física no extrato da DAP ou CAF Pessoa Jurídica” dentro dessas qualificações.

Sob esse prisma, evidencia-se que a AAFJ não pode ser considerada como um grupo formal prioritário pois, conforme se constata em seu Extrato de CAF Jurídica, ela não atinge o percentual mínimo exigido pela legislação. Vejam:

Há a indicação de 9 agricultores assentados, representando 31,03%:

Categorias dos Agricultores Familiares	Quantidade	Participação Relativa %
Assentado PNRA	9	31.03
Benefício PNCF	0	0
Quilombo	0	0
Terra Indígena	0	0
Demais Povos e Comunidades Tradicionais	0	0
Nenhuma opção	20	68.97

E, de apenas 10 agricultoras mulheres, representando 34,48%:

Composição por Sexo

Sexo dos Agricultores Familiares com CAF	Quantidade	Participação Relativa %
Feminino	10	34.48
Masculino	19	65.52

Firme nesse desiderato, vale enfatizar que tais percentuais devem ser analisados separadamente, para não haver a **duplicidade de contagem dos agricultores**. Ora, do contrário, se fosse apenas somar os agricultores prioritários, ao pé da letra, sem desconsiderar a duplicidade, haveria a seguinte situação:

ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE JARINU
AGRIFAJA

- ✓ Assentados PNRA 9 agricultores;
- ✓ Mulheres 10 agricultoras;
- ✓ Homens 19 agricultores;

- ✓ TOTAL (assentados + mulheres + homens) 38 agricultores???

Percebam a incoerência desse raciocínio, haja vista que no Extrato da CAF Jurídica da AAFJ indica que a quantidade total de agricultores vinculados a eles é de **29 (VINTE E NOVE) Agricultores**, e não 38 conforme resultado acima.

Isso acontece porque, conforme se demonstra nos extratos de CAF Físicas anexas, ao menos 5 (cinco) mulheres também são assentadas e, logo, se houver a soma simples, sem desconsiderar a duplicidade de agricultoras mulheres (assentadas) iria causar uma incoerência em relação à quantidade total dos agricultores da AAFJ.

Portanto, a forma correta de ser analisada a CAF Jurídica deles é a seguinte:

- ✓ **PRIORITÁRIOS**
 - Assentados PNRA (homens e mulheres) 9 agricultores;
 - Mulheres (demais agricultores – não assentadas) 5 agricultoras;
 - Resultado de 10 mulheres (total) – 5 mulheres que já foram inseridas como Assentados.
 - TOTAL PRIOTIRÁTIO 14 agricultores.

- ✓ **PERCENTUAL DE AGRICULTORES PRIORITÁRIOS**
 - Prioritários 14 agricultores;
 - Total de agricultores no CAF Jurídico 29 agricultores;
 - **Percentual total prioritário 48,28%**

Sendo assim, o percentual total de agricultores prioritários (assentados – homens e mulheres - + mulheres – não assentadas) é MENOR que 50%+1, conforme determinado pela legislação e, portanto, a AAFJ **não pode** ser considerada como grupo formal prioritário.

ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE JARINU
AGRIFAJA

Dessa forma, resta evidente que o julgamento dos itens 04, 05, 14, 15 e 17 - das frutas; e itens 29 e 37 – das hortaliças que atribuiu a vitória exclusiva à Associação da Agricultura Familiar de Jarinu - AAFJ, não possui amparo na mencionada Resolução regulamentadora da matéria! Desse modo, o julgamento de seleção dos projetos de venda deve ser corrigido, sob pena dessa municipalidade firmar uma contratação ilegal.

Veja, essa é a regra! É a Lei! E nenhum município pode julgar os procedimentos licitatórios de maneira diferente do que foi pré-estabelecido, seja pelo legislador, seja pelo órgão regulamentador! Esse é o entendimento do princípio da legalidade. Qualquer outro desfecho tornará a contratação ilegal e, por consequência nula. Trata-se da aplicação do princípio da legalidade o qual determina que a Administração Pública não poderá agir fora dos limites impostos pela Lei. Sobre o tema, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou:

3. A administração pública submete-se de forma rigorosa ao princípio da legalidade administrativa, **não lhe sendo lícito entabular contrato administrativo sem observância das normas legais pertinentes com o objetivo dessa contratação**, sob pena, inclusive, de nulidade do contrato.¹ (grifo nosso)

Justen Filho também é taxativo:

No âmbito da licitação, **o princípio da legalidade significa ser vedado à autoridade administrativa adotar qualquer providência ou instituir qualquer restrição sem autorização legislativa**. As normas constitucionais e legais estabelecem um quadro, o qual delimita a competência da autoridade. Portanto, **a validade de qualquer decisão da Administração dependerá não apenas de sua compatibilidade com a ordem jurídica, mas de uma autorização legislativa específica** (ainda que implícita)². (grifo nosso)

Di Pietro complementa ao afirmar:

¹ REsp 769.878/MG, 2ª T., relatora Min. Eliana Calmon. Julgado em 06.09.2007, DJ 26.09.2007.

² JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 16. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 83.

ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE JARINU
AGRIFAJA

Este princípio, juntamente com o de controle da Administração pelo Poder Judiciário, nasceu com o Estado de Direito e constitui uma das principais garantias de respeito aos direitos individuais. Isto porque a lei, ao mesmo tempo em que os define, estabelece também os limites da atuação administrativa que tenha por objetivo a restrição ao exercício de tais direitos em benefício da coletividade. É aqui que melhor se enquadra aquela ideia de que, na relação administrativa, a vontade da Administração Pública é a que decorre da lei.

SEGUNDO O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SÓ PODE FAZER O QUE A LEI PERMITE.³ (grifo nosso)

Veja, senhor Presidente, que toda a lisura da contratação pretendida também está atrelada ao atendimento dos requisitos legais, não sendo possível que a Administração Pública se desvie destes, sob pena de ilegalidade e posterior nulidade dos contratos firmados. De mais a mais, implica trazer à luz, ainda, que o próprio instrumento convocatório da chamada pública em questão, nos itens 2.3 e 5 remetem e reproduzem os critérios de seleção dos projetos de venda ao artigo 35 da citada Resolução FNDE nº 06/2020

Dessa forma, admitir quaisquer outras interpretações ou julgamentos que não aquele imposto pela Resolução CD/FNDE n. 06/2020 além de ferir o princípio da legalidade, também será causa de inobservância dos próprios princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Diante todo o exposto, resta evidente o equívoco nos critérios de julgamento adotados por esta douta Comissão Julgadora, a qual deixou de observar as disposições estabelecidas nas Resoluções CD/FNDE que regulamentam os procedimentos de compras da Agricultura Familiar. Assim, o provimento do presente recurso, para que altere o resultado da presente Chamada Pública, declarando a Recorrente como VENCEDORA empatada com a AAFJ para o fornecimento dos itens 04, 05, 14, 15 e 17 - das frutas; e itens 29 e 37 – das hortaliças é a única providência jurídica que a situação recomenda, por questão de JUSTIÇA!

³ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 30. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 96.

ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE JARINU
AGRIFAJA

III. DO PEDIDO

Em face do exposto, REQUER à Vossa Excelência, *data máxima vênia*:

a) que seja recebida as presentes RAZÕES RECURSAIS, com seu regular efeito suspensivo, com fundamento no artigo 165 e 168 da Lei federal n. 14.133/21;

b) no mérito, seja julgada totalmente PROCEDENTE, alterando a classificação da Chamada Pública n. 39/2026, dessa Prefeitura Municipal de Bom Jesus dos Perdões (SP), retificando e declarando a ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE JARINU-AGRIFAJA como vencedora EMPATADA com a Associação da Agricultura Familiar de Jarinu AAJF dos itens 04 (banana nanica), 05 (caqui fuyu), 14 (mexerica tipo ponkan), 15 (morango) e 17 (pêssego nacional) – do Grupo das Frutas – e; itens 29 (milho verde) e 37 (vagem macarrão) – do Grupo das Hortaliças, na forma do artigo 35, §4º, III, “a” e “b” da Resolução CD/FNDE n. 06/2020, alterada pela Resolução C/FNDE n. 03/2025 c/c itens 2.3 e 5 do edital, convocando-as para as etapas posteriores de contratação e fornecimento.

Termos que pede e espera deferimento.

JARINU / SP, 07 de abril de 2026.

Bruno Leonardo Tofanin de Moura
Presidente
CPF 368.992.098-10